

DAS COOPERATIVAS SOB INTERVENÇÃO MILITAR À PARCELAÇÃO DE CORTE NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA PERUANO (1969-1993)¹

Vanderlei Vazelesk Ribeiro²

Resumo: Neste trabalho buscamos analisar o processo de reforma agrária ocorrido no Peru entre as décadas de 60 e 90. Inicialmente, lançamos um breve olhar sobre as lutas de movimentos camponeses pela terra, ocorridas durante as décadas de 50 e 60, que despertaram a atenção de amplos setores das forças armadas para o problema agrário, percebido como potencialmente explosivo no país. No momento seguinte, discutimos a realização da reforma pelo governo militar, a partir de 1969, destacando a organização em um sistema cooperativo fortemente tutelado pelo Estado. Por fim, discutimos a temática da parcelação realizada pelo campesinato, mas que contou com o apoio mais ou menos velado do governo liberal da década de 80, que desagregaria o modelo cooperativista.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Regime Militar; Neoliberalismo; Movimentos Campesinos.

FROM THE COOPERATIVES IN MILITARY INTERVENTION TO PARTITION ACCORDING TO NEOLIBERAL MODEL: CONTRADICTIONS OF THE PERUVIAN AGRARIAN REFORM PROCESS (1969-1993)

Abstract: In this paper we analyze the process of agrarian reform in Peru that was made between the 1960s and 1990s. Initially we take a brief look at the struggles of the peasants' movements for land that occurred during the 1950s and 1960s, which attracted the attention of broad sectors of the armed forces to the agrarian problem, perceived as potentially explosive in the country. In the second part, we discuss the implementation of the agrarian reform by the military government since 1969, highlighting the organization in a strongly based cooperative system overseen by the State. Finally we discuss the issue of land partition made by the peasantry, that had veiled support of the Liberal government of the 1980s, which would unbundle the cooperative model.

Keywords: Agrarian Reform; Military Regime; Neoliberalism; Peasant movements.

¹ Este trabalho vincula-se ao Projeto de Pesquisa: DOS QUARTEIS AOS MERCADOS: MOVIMENTOS CAMPONESES DA ASCENSÃO DAS DITADURAS CIVIL-MILITARES ÀS TRANSIÇÕES PARA GOVERNOS NEOLIBERAIS NO BRASIL E NO PERU.

² Professor-doutor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Endereço Postal: Av. Pasteur, 458 Urca Rio de Janeiro (RJ) CEP: 22290-240. Tel: 21-2224-0403/ E-mail: vazelesk@uol.com.br.

Introdução

Em todo século XX o tema da Reforma agrária mobilizou em diversos países latino-americanos, amplos setores sociais, tanto no esforço por sua realização, como na luta para impedir sua ocorrência. No México a Revolução de 1910, pensada por Francisco Madero, seu primeiro presidente para ser uma Revolução limitada às estruturas políticas, representou a abertura de espaços para as lutas camponesas de Pancho Villa e principalmente Emiliano Zapata. A reforma seria executada mais de vinte anos depois, após a ascensão do presidente Lásaro Cárdenas (1934-1940) (HERZOG, 2007, P: 135) Durante as experiências ditas populistas como de Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina, ainda que a reforma fundiária não fosse efetivada, a questão agrária esteve permanentemente em discussão no interior das respectivas burocracias estatais. (RIBEIRO, 2008, P: 21-35). Na Bolívia a revolução de 1952, de forte teor antioligárquico, significou uma profunda redistribuição das terras no altiplano. (BAPTISTA, 2007, P: 87).³

A Guatemala seria um dos primeiros cenários da Guerra fria no subcontinente latino-americano e o presidente Jacobo Arbens, ao tocar nas terras da United Fruit Company, atraiu para si a atenção da CIA e do Departamento de Estado, culminando em sua deposição e no conseqüente estabelecimento de uma sangrenta ditadura a partir de 1954. (GRANDIN, 2003, P: 39). Em Cuba Fidel Castro fizera da reforma uma de suas principais bandeiras antes e depois da Revolução de 1 de Janeiro e o sucesso de seu projeto traria o tema para o centro da cena Latino-americana no início dos anos 1960. (AYERB, 2003, P: 45).

No Peru o tema Agrário fora posto em tela desde o início dos anos 1930, quando Victor Raúl Haya de La Torre lançou o programa da Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), onde se projetava uma ampla reforma agrária, bem como a nacionalização de empresas estrangeiras. Este programa foi a base da campanha eleitoral de Haya em 1931, bem como da insurreição armada por ele desencadeada no ano seguinte. Derrotado nas duas tentativas o Partido aprista seria estigmatizado à época como comunista, e permaneceria clandestino, salvo na breve experiência democrática entre 1945 e 1948. (COTLER, 2006, P: 132)..

³ José Gomes da Silva ao defender em pleno regime militar a Realização de uma reforma agrária no Brasil, recordava o seu caráter de vacina contra a Revolução, posto que na Bolívia os camponeses beneficiados pela reforma agrária de 1952, eram os primeiros a denunciar a presença dos guerrilheiros de Ernesto Che Guevara durante o ano de 1967. (Silva, 1971, P: 53.)

Contudo nos anos 1950 tanto o aprismo quanto setores militares sofreriam importantes mutações: Quanto aos apristas após o fracasso de nova insurreição em 1948 e os oito anos de ditadura do General Manuel Odría, passariam a uma postura mais conservadora deixando de enfatizar temas como a reforma agrária. No meio castrense oficiais do Centro de Altos Estudios Militares (Caem), liderados pelo general Edgardo Mercado Jarrín passaram a defender um programa, que visasse dar maior autonomia econômica para o país, nos moldes do que se chamava desenvolvimentismo à época.

Estes oficiais entendiam que para melhor defender-se tanto dos inimigos internos (apristas e comunistas) como dos externos (Chile e mais tarde o emergente Brasil), era fundamental desenvolver uma poderosa indústria bélica. Mas como fazê-lo sem uma indústria, que se capacitasse para tanto? E como conseguir uma indústria expressiva, com um raquítico mercado interno? Eis o papel de uma reforma agrária. Ela legitimaria o regime, levando o camponês a lutar por sua terra e pela pátria. Ampliaria o mercado para a indústria, reforçando as possibilidades de defesa nacional a médio prazo.⁴

Haya, que fora vetado por comunista nos anos 1930, agora seria estigmatizado como excessivamente conservador no início dos anos 1960. Daí o veto à sua vitória no primeiro turno das eleições presidenciais, , que levou ao golpe militar de 1962.

As crescentes ocupações de terras do início dos anos 1960, bem como a luta contra pequenos movimentos guerrilheiros como o Movimiento de Izquierda Revolucionaria em 1965 levaram muitos oficiais a acreditar que a reforma agrária ganhava urgência naquele contexto e que só uma ação mais vigorosa desfechada por eles mesmos possibilitaria a transformação desejada. A reforma não estava nos primeiros discursos dos militares, que depuseram em outubro de 1968 o presidente Fernando Belaunde Terry. Os tanques de guerra foram expropriar a refinaria de Talara da International Petroleum Company, mas nove meses depois iriam expropriar fazendas. (CONTRERAS-CUETO, 2007, P: 235).

Em entrevista concedida ao autor em 2011 Marcelino Bustamante, dirigente da Confederación Nacional Agraria afirmava: “Papai era do Apra. Ao ver as ações do

⁴ No que tange ao Chile a derrota na guerra do pacífico 1879-1883) marcou profundamente a psicologia da oficialidade peruana. Ver: Medrano, 2008, P: 54). Quanto ao Brasil no início dos anos 1970 o Ministro dos transportes chamava a atenção para a necessidade de ocupar a Amazônia peruana, posto que em quinhentos dias a Rodovia Transamazônica ficaria pronta e o Brasil ameaçaria a segurança do país andino. Ver: Actas Del Gobierno Militar. Consejo de La Revolución. 2 Reunión Del 22 de Febrero 1971.

governo de Velasco exclamou: “Mas este é o programa do Apra!”⁵ Como se desenvolveu um projeto de reforma agrária implantado a partir de um regime militar? Como os militares se relacionaram com os beneficiários do projeto? Como funcionaram as cooperativas, peça-chave do novo esquema agrário do país?

Neste trabalho discutiremos primeiro a implantação da Reforma Agrária no Peru, tanto naquilo que pode ser percebido como resultado direto da luta campesina, como no esforço de setores da burocracia civil e militar no sentido de sua aplicação, de acordo com o projeto governamental. Num segundo momento, aborda-se mais detidamente a questão da implantação do sistema cooperativo no país, discutindo as contradições entre técnicos e trabalhadores, entre trabalhadores e finalmente entre trabalhadores e não beneficiários. Por fim, aborda-se a crise do sistema, que culminou em sua desagregação via parcelamento ou privatização.

1 – Pela enxada ou pela espada: caminhos da reforma agrária no peru (1956-1969)

“Camponês: o Patrão não comerá mais o pão da tua pobreza!”

Velasco Alvarado

A luta agrária intensificou-se no Peru a partir de meados do século passado. Pode-se, entretanto, registrar a ocorrência de movimentos reivindicativos pela terra, já na segunda metade do século XIX, quando o ditador Ramón de Castilla, cujo regime se beneficiava dos altos preços do guano no mercado internacional, aboliu o tributo das terras, que comunidades indígenas pagavam para continuar a cultivá-las. Esta medida, na prática, significou que o Estado não se interessava mais pela propriedade das mesmas, e que os grandes apossadores fazendeiros, que se dedicariam na costa à exploração de gêneros como o algodão e o açúcar, e na serra, à produção de gado, teriam mãos livres para arrebatar às comunidades as ditas terras, já que a burocracia estatal não lutaria por elas, pois lhe seriam mais rentáveis os impostos de exportação (COLOMBO-PEREGRINO, 1999, p. 32). As consequências seriam intensas lutas de resistência em momentos como a derrota para o Chile, na guerra do Pacífico (1879-

⁵ Entrevista de Marcelino Bustamante, antigo secretário de Atas da Confederación Nacional Agraria concedida na sede da entidade em Lima Peru, em 20 de julho de 2011.

1883)⁶ ou nas primeiras décadas do século XX. Na costa, os primeiros sindicatos seriam organizados na década de 10, e na serra, as comunidades lutariam em incontáveis protestos na década de 20.⁷

No referido informe conta-se de protestos em Huancané, Departamento de Ayacucho, onde os camponeses chegaram a editar leis contra os “terratenientes”. A primeira tentativa de organização nacional camponesa seria a Federación General de Yanaconas y Campesinos del Peru, criada em 1922, mas que não conseguiu se estruturar face à repressão, dificuldades de comunicação, inclusive linguísticas, e de transporte. Ainda em 1929, o ditador Augusto B. Leguía, que buscara incorporar o tema indígena ao discurso oficial, reconhecia os direitos das comunidades a tentar reaver as terras perdidas para as Haciendas. Após sua deposição em 1930, no contexto da crise capitalista de 1929, a Constituição promulgada em 1933 garantiu às comunidades os famosos três IS: *Imprescritibilidad* (não perderiam o direito à terra), *Inembargabilidad* (não poderiam ter suas terras leiloadas) e *Inalienabilidad* (não poderiam vender suas terras). Naquele momento, estes direitos pouco significavam, pois o campesinato tanto costeiro como serrano, encontrava-se desmobilizado, fosse pela repressão política dos governos de Sánchez Serro (1931-1933), Oscar Benavides (1933-1939) e, em menor medida, Manuel Prado (1939-1945). Entretanto, quando na década de 60 as lutas se intensificaram, eles foram também um caminho para a atuação campesina no esforço para manter e até mesmo recuperar as terras perdidas.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Peru, como tantos países latino-americanos viveu sua Primavera Democrática, com a ascensão de Luiz Bustamante, numa coalizão apoiada pelo APRA. Neste período, os apristas incentivaram a sindicalização camponesa nos engenhos açucareiros da costa, e os comunistas iniciaram o esforço de organizar as comunidades serranas. Em 1947, apristas socialistas e comunistas criaram a Confederación Campesina del Perú (CCP), que rapidamente sofreria os efeitos da repressão dos anos da ditadura de Manuel Odría (1948-1956). Com o fim do regime, mudanças importantes ocorrem no cenário peruano. Haya de La Torre passa a partilhar lugares no governo na nova presidência de Manuel Prado (1956-1962).

⁶ Esta derrota marcou profundamente as elites políticas e econômicas do país. Não apenas pelo fato de se ter perdido áreas como Tarapacá, mas porque em zonas serranas muitas comunidades indígenas aproveitaram para rebelar-se na luta pela recuperação de suas terras. (Cotler, 2006, P: 123.

⁷ Um informe sobre estes movimentos pode ser consultado em: Informe Central AL III Congreso de la Confederación Campesina del Perú, 5, 6 e 7 de Diciembre del 1970 In: Voz Campesina, Lima, Confederación Campesina del Peru, março de 1972, P: 2-6. Ver também: Mar-Mejía 1980, P: 45.

DAS COOPERATIVAS SOB INTERVENÇÃO MILITAR À PARCELAÇÃO DE
CORTE NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REFORMA
AGRÁRIA PERUANO (1969-1993)

No campo, os apriistas reativam os sindicatos na costa, e os comunistas começam a mobilizar as lutas das comunidades na serra. Se na costa os movimentos são menos por terra e mais por condições de trabalho, na serra floresce a contestação à perda das terras para os “gamonales”, isto é, chefes políticos locais. Ante toda esta movimentação, o governo cria a “Comisión para la Reforma Agraria y la Vivenda”, não casualmente presidida por Luiz Beltrán, homem ligado ao setor terratenente. Depois de quatro longos anos (1956-1960) publicou um projeto que preservava a estrutura fundiária.

Se no período de Manuel Prado os protestos se intensificaram, ocorrendo mesmo uma greve de Yanacunas em 1961,⁸ o ano seguinte marcaria o auge dos movimentos. Tanto a Confederación Campesina del Perú (CCP) como a Federación Nacional Campesina del Perú (FENCAP), ligada ao APRA, realizaram congressos nacionais. Intensificaram-se as greves, e na Província de La Convención, Departamento de Cuzco,⁹ eclodiu uma série de ocupações de terras. Liderados pelo à época jovem líder trotiskista Hugo Blanco, os camponeses ocupavam diversas fazendas, considerando que as terras na realidade pertenciam às comunidades, já que tinham sido arrebatadas à elas pelas fazendas. Para as lideranças militares agrupadas em torno do CAEM a situação era extremamente grave. Três anos antes não ocorrera a Revolução Cubana? Fidel Castro não recrutara no campo boa parte de seus guerrilheiros? Não fora a reforma agrária a principal medida tomada, ainda com quatro meses de governo, que atraía apoio nacional e internacional para o novo regime?

Num contexto de guerra fria, não seria difícil para as lideranças militares imaginarem a distante região de La Convención como a Sierra Maestra Peruana. Além do mais, no ano anterior, a reunião da Aliança para o Progresso recomendara a realização de reformas agrárias no continente, como vacina contrarrevolucionária. “demos a terra ao campesino, antes que ele a tome”, poderia ser um emblema dos que

⁸ O termo yanacuna remonta ao período incaico, correspondendo aquele que estava fora dos hails, as comunidades que tributavam para o Inca. Tinham assim de prestar serviços. No período colonial e republicano o termo foi utilizado para descrever relações de servidão pessoal, nas quais o roceiro tinha de prestar dias gratuitos de trabalho na terra do patrão em troca de uma ínfima parcela para cultivar. (Mar-Mejía, 1980, P: 56).

⁹ O Peru é dividido em departamentos, estes em províncias, estas em distritos e estes podem ainda ser divididos em comunidades.

aceitavam algum tipo de reforma agrária, para que não eclodisse uma Revolução nos moldes cubanos.¹⁰

Daí a atuação militar, combinando repressão e cooptação. Hugo Blanco foi preso, e por pouco não foi condenado à morte, ocorrendo assassinatos de líderes agraristas. Entretanto, o novo governo militar reconheceu as ocupações de terras e preparou as bases para uma futura lei de reforma agrária, a ser aprovada pelo novo governo que sairia das novas eleições. Fernando Belaúnde Terry, da *Acción Popular*, que fora derrotado por Haya em 1962, venceu as eleições de 1963. No dia de sua posse, ocorriam ocupações de terras em áreas serranas reprimidas pelo Exército. No ano seguinte, um resistente parlamento aprovou a lei de reforma agrária. Mar e Mejía lembram que eram quarenta trâmites entre a declaração de desapropriação e a adjudicação das terras. Contudo, como recorda Bustamante, agora existia uma brecha legal para a reforma. Se apenas quatorze mil famílias foram assentadas entre 1964 e 1968, havia um processo de cadastramento que apontava para a possível instalação de um número maior de famílias para o período seguinte.¹¹

A reforma agrária não aparecia nos primeiros manifestos do novo governo militar. Muito mais importância parecia ter a ação de nacionalizar companhias petrolíferas. Os proprietários tinham no general José Benavides, um representante seu no Ministério da Agricultura. Contudo, o processo foi revertido rapidamente. Benavides foi substituído pelo General Enrique Valdez Ângulo, e em junho a reforma foi decretada. Conforme Gamarra Otero, existia uma reunião da SNA interpretada, segundo ele, erroneamente, como uma conspiração contra o regime. Chamava a atenção da imprensa, por aqueles dias, um protesto estudantil em Ayacucho, no qual sete estudantes morreram na luta pela gratuidade do ensino secundário. Isso foi tema da reunião, mas o ponto alto foi a decretação da reforma. As propriedades, a partir de

¹⁰ Sobre a recomendação acerca da Reforma Agrária pela Aliança para o Progresso Cf: Pecequillo, 2003, P: 115. Ayerb, 2001, P: 32. Luiz Gamarra Otero, que se tornaria presidente da Sociedad Nacional Agraria, pouco depois da reforma, atribui entre outras causas da realização da mesma, a pressão de algodoeiros estadunidenses, que não queriam a competição com seus produtos, que vinham do Peru. Ver: Otero, 2008, P: 145.

¹¹ Ver: Posición de la Sociedad nacional Agraria sobre la Reforma Agraria. Lima, SNA, 1969, P: 12). Esta afirmação serve de contraponto à fala de Marcelino Bustamante. Este atribui a reforma a um fuminante processo de cadastramento feito durante o governo militar. “Foi um trabalho paciente onde o governo pedia as declarações juradas dos proprietários. Normalmente eles “diminuíam” o tamanho e o valor da propriedade e tinham de receber a indenização de acordo com o que haviam declarado. Entrevista inédita ao autor, Op. Cit..

cinquenta hectares na Costa, e cento e cinquenta na Serra, foram declaradas sujeitas à reforma agrária. A selva foi deixada para projetos de colonização.¹²

O Decreto-lei 17.716 deixou perplexos os proprietários e dirigentes de entidades camponesas, como a Confederación Campesina del Peru. Os primeiros, simplesmente não acreditaram ao ver tanques de guerra estacionados no Engenho Casa Grande, símbolo da oligarquia açucareira. Um coronel nomeado administrador, a fazenda transformada em cooperativa. Os segundos, não queriam aceitar que um regime militar, para eles fascista, pudesse fazer a reforma. O remédio era desqualificá-la, chamá-la terratenente, já que o camponês teria de pagar pela terra adjudicada. Bustamante recorda: “Eu, nesta época era base da CCP. Dizia: Que preferimos? Ter a terra ou os tanques contra o nosso peito”?

As reações variavam. Para Gamarra Otero, faltava unidade de classe: “Cada um tinha um amigo general, e acreditou que não seria atingido.” Para Hanry Pease García, a situação era um pouco mais complexa: a oligarquia terratenente nunca constituiu o pilar mais sólido do sistema primário-exportador, que no Peru estava apoiado fortemente sobre uma base mineira. Assim, perdido o poder político, sem representantes no parlamento que fora fechado, ou numa burocracia que não controlava, a velha classe, teria dificuldades em reaver seu poder (GARCÍA, 1977, p. 125). Salientemos, no entanto, que a derrota política jamais significaria destruição econômica. Embora tenham ficado bastante contrariados, já que recebiam a indenização pela terra sobre o que tinham declarado e em títulos da dívida, tiveram no começo a possibilidade de parcelar suas áreas por conta própria. Certo que este canal foi fechado, face à pressão de movimentos de base camponesa, como a importante luta desencadeada por Zózimo Torres contra a parcelação da Fazenda Huando, produtora de laranjas no Departamento de Huaral (BURENIUS, 2001, p. 89). Mas, o fato é que a maioria dos terratenentes tinha outros investimentos em ramos diversificados da economia, e puderam beneficiar-se do incentivo que o governo dispensava às indústrias.

Para os camponeses não diretamente vinculados à direção central da CCP, a reforma aparecia como a alternativa viável. Às vezes estimulados pelo Sinamos¹³,

¹² A selva peruana foi pouco afetada pelo processo de reforma Agrária, embora o esforço de colonização acabasse atingindo esta área no fim dos anos 70. Ali a burocracia estatal esforçou-se mais por organizar ligas agrárias e estimular a produção de bens como o arroz, em Loreto e San Martín. (BARKLAY, 1991, p. 45).

¹³ Sistema Nacional de Apoyo à La Mobilización Social, foi uma espécie de híbrido entre órgão público e Partido não eleitoral criado pelo regime militar peruano, tendo vigência entre 1971 e 1978. Procurou

outras vezes por federações regionais, como Piura e Cajamarca, ou em outros momentos participando sob influxo dos dois grupos, os camponeses procuraram ocupar terras e acelerar o processo reformista. A atitude do regime militar variou: em Piura e Cajamarca, durante o ano de 1971, o governo tendeu a apoiar as ocupações e legitimar o processo. Na Província de Andahuailas, Departamento de Apurímac, no ano de 1974, a burocracia militar aceitou a ação num primeiro momento, mas depois prendeu dirigentes, e mais tarde Andrés Luna Vargas, líder das ações, seria deportado.

De todo modo, o processo de expropriação da terra e sua consequente adjudicação ao Estado, tornou-se do ponto de vista quantitativo dos mais exitosos da América Latina. Em 1976, nove milhões de hectares já haviam sido expropriados, num total de 23 milhões de hectares rurais do país.¹⁴ É verdade que quatro anos antes, os médios e pequenos proprietários, aglutinados no Comitê de Médios Produtores, tinham conseguido a garantia de que suas terras não seriam expropriadas. É certo também que o país continuava na órbita capitalista e, portanto, dependente de insumos estrangeiros e do mercado internacional, e o agro continuaria a ser o grande penalizado do sistema, pois fora concebido como o setor, que pagaria a conta do desenvolvimento industrial, como produtor de alimentos, consumidor de produtos industriais e gerando impostos que, no mais das vezes, não seriam reinvestidos no campo. Entretanto, era uma reforma feita de maneira rápida, sem grandes enfrentamentos, já que não houvera uma resistência ativa do setor proprietário. Resistência, só a passiva: tentar parcelar a propriedade, levar equipamentos necessários ao seu funcionamento, matar o gado. Efetivada a expropriação, por quais caminhos desenvolveu-se o setor agrário peruano? De que forma seria organizada uma agricultura semiestatizada nos anos que se seguiriam à reforma?

2: Cooperativas: Um caminho?

O decreto que implantou a reforma, previa diversas modalidades de organização, mas todas com o foco no coletivo. Cooperativas Agrárias de Produção, Sociedades Agrárias de Interesse Social, Comunidades Campesinas, empresas de

estimular bases populares de apoio ao governo, como a Central de Trabajadores de la Revolución Peruana e a mais expressiva Confederación Nacional Agraria. (MAYER, 2009, p. 132).

¹⁴ Ao final do regime militar, cerca de 8,945 milhões de hectares haviam sido adjudicados definitivamente às cooperativas. Além dos 300 mil expropriados, restaram 2 milhões de hectares em terras abandonadas ou transferidas que o Estado poderia adjudicar. (MEJÍA, 1990, p. 43).

participação social, Grupos Campesinos. Enrique Mayer, em seu excelente “Cuentos Feos de la Reforma Agraria”, é extremamente crítico a este modelo. Como veremos, as memórias produzidas a partir da década de 80 a respeito do mesmo, não parecem recomendá-lo. Os sistemas cooperativos estão permanentemente associados à indisciplina laboral, à corrupção, à falta de capacidade gerencial. Contudo, é necessário levar em conta que no fim dos anos 60, raros seriam os que imaginariam um pequeno produtor independente, posto que ao que tudo indicava e, seria muito fácil que o mesmo fosse fagocitado pelo mercado, o que efetivamente ocorreu no início dos anos noventa. Saliente-se também que, de acordo com Mejía (1990, p. 98), a ineficiência não foi uma característica de todas as cooperativas. Certo que houve muito desperdício nos anos 70, e que muitas vezes militares despreparados ocuparam postos de direção em enormes extensões de terras, resultando numa administração bastante precária. Entretanto, o maior problema vinha da falta de apoio estatal, especialmente após a queda de Velasco, em 1975. Esta falta de apoio pode ser traduzida na redução do crédito, na ausência de preços mínimos e, a partir de 1980, na importação de alimentos, os quais concorriam com a produção local.

Quanto às formas de organização as Cooperativas Agrárias de Produção (CAPS) e as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS), seriam as que mais foram difundidas pela reforma peruana. A CAP era um agregado de fazendas, principalmente na costa, onde se juntavam muitas propriedades a serem administradas por técnicos nomeados pelo Ministério da Agricultura, ou indicados pelo Conselho de gestão da cooperativa. Mario Ginoccio, antigo gerente da fazenda algodoeira Malares, e depois gerente da cooperativa gestada a partir da expropriação, recordava que, pelo menos em seu caso, a cooperativa ficou extremamente cheia, absorvendo mais trabalhadores do que poderia (MAYER, 2009, p. 184). Este fenômeno também se desenvolveu em zonas serranas, onde as SAIS, além de agregar fazendas e comunidades limítrofes, tiveram um inchaço no quadro de trabalhadores permanentes.

Fernando Eguren, ao escrever no calor da hora, mostra os confrontos entre técnicos e trabalhadores.¹⁵ Os técnicos ganhavam acima dos “sócios das cooperativas” e buscavam impor aos trabalhadores o que e como plantar. Os trabalhadores, entretanto, respondiam de diversas maneiras: Zózimo Torres, ele mesmo presidente do Conselho de

¹⁵ O texto de Eguren foi publicado originalmente em em 1975, mas utilizamos a versão publicada dez anos depois (EGUREN, 1985, p. 11-41).

Huando, lembrava: “só queriam trabalhar três dias na semana”. Esta resistência ao trabalho era recorrente. Se não havia mais o patrão, o patrão agora era o Estado, como lembrava Luna Vargas, dirigente de uma das entidades, que reivindicavam o nome CCP.¹⁶ Desta maneira, o não dedicar-se a terras do Estado, o dar atenção maior à parcela que se conseguiu dentro da cooperativa, aparece não como preguiça ou incapacidade, mas dentro de uma dada lógica econômica. Não ganhavam os técnicos muito mais do que eles, até porque não havendo lucro, não haveria salários para os trabalhadores? Trabalhar poucas horas ao dia, algo visto como indisciplina, poderia ser interpretado por eles como economia de tempo e de trabalho. Certo que dirigentes da CNA, criada em 1974, em seu plano de ação chamavam a atenção para este aspecto: “É necessário convencer o irmão campesino que trabalhe pelo menos oito horas por dia, pois do contrário os ex-terratenientes dirão que ele não tem condições de manejar a terra por sua própria conta.”¹⁷

Mas, se nos primeiros tempos de organização de cooperativas costeiras os desentendimentos estavam mais voltados à questão de disciplina de trabalho, rapidamente as tensões se agudizariam. Em 1975, o governo de um doente presidente Velasco Alvarado, foi substituído por seu Ministro da Economia, general Francisco Morales Bermúdez, num golpe palaciano. Se o ano seguinte marcou a aceleração do processo de reforma agrária, logo veio sua paralisação e depois, vieram as cobranças. A partir de 1977, o governo começou a tentar cobrar as dívidas. Como os camponeses poderiam pagar seus débitos, se as cooperativas muitas vezes tinham um lucro reduzido? Esta baixa relacionava-se não só com o rendimento da produção e com o que se conseguia no mercado, mas também com os gastos que se tinha para manter o pessoal permanente, com os trabalhadores eventuais e os impostos. Como lembra Eguren, por mais que o discurso oficial apontasse para a noção de que os sócios das cooperativas eram proprietários, e que se vivia numa espécie de “socialismo agrário”, a lógica das empresas era, e não tinha como não ser, capitalista. O problema é que uma cooperativa açucareira ou de algodão produzia bens que seriam consumidos no mercado interno e no exterior. Como o governo controlaria os preços do mercado mundial? Um

¹⁶ A CCP rejeitou a reforma agrária velasquista. Contudo em 1973, durante o IV Congresso, o grupo liderado por Luna Vargas rompeu com o de Saturnino Paredes, já que não havia condições de segurança para realizar o evento. No ano seguinte o grupo Vargas organizou um novo IV Congresso, onde embora ainda rejeitasse a reforma velasquista, entendida como terratenente passava a aceitar que era possível a partir de lutas parciais, impor melhores condições de vida para os trabalhadores. Ver: *Acuerdos y Conclusiones del IV Congreso de la CCP*. Torre Blanca, CCP, 1974. Para a versão de Paredes e seu grupo Cf: *Gloria a Justiniano menaya! Voz Campesina*, Lima, março de 1976, P: 3-9.

¹⁷ Ver: *Plan de Acción de la Confederación Nacional Agraria (1974-1976)*. Lima, CNA, 1974, p. 13.

estudo patrocinado pela CCP, em 1975, pedia a total estatização do comércio algodoeiro. Se isso ainda era possível para controlar o mercado interno, para garantir preços mínimos, o que fazer no competitivo mercado internacional?¹⁸

O crédito dependente do Banco Agrário começou a rarear. O governo militar estivera desenvolvendo megaprojetos, como o de irrigação de Chira-Piura, bem como envolvido em compras de armamentos, inclusive da União Soviética. Se no começo dos anos 70 era possível conseguir no mercado internacional empréstimos relativamente fáceis, embora os juros fossem pós-fixados, tudo mudava após a crise do petróleo de 1973, com a conseqüente elevação dos juros no mercado internacional. Para o Estado, a solução seria descarregar a conta sobre as camadas populares, com cortes de gastos públicos, e assim, o crédito para as cooperativas reduzia-se na contrapartida do não pagamento da dívida. Iniciava-se um processo de estrangulamento. Assim, nas cooperativas, a corrupção que antes era mais dos dirigentes, começou a ser em muitos casos prática generalizada. Desviar produtos significava, naquele contexto, defender uma renda que minguava. Não é demais lembrar que a penalização do setor agrário dava-se também pela carga tributária. Conforme Mejía (1990, p. 87), a tributação como previdência e saúde que as cooperativas pagavam ao poder central, raramente significaram recursos para os camponeses, pois houve casos nos quais se pagava o imposto em forma de contribuição previdenciária, sem que se estabelecesse, por exemplo, atendimento à saúde pública em nível local.

Enquanto a economia se decompunha, no plano político o regime procurava uma saída com a casa relativamente em ordem. Em julho de 1977, como resposta à política recessiva do regime, desencadeia-se uma greve geral com expressiva participação dos trabalhadores das cooperativas. Poucos meses antes, já ocorrera uma greve na cooperativa açucareira de Tumbes, com dispensa e posterior readmissão de cinco dirigentes.¹⁹ O governo anuncia o Plan Tupac Amará: mais cortes de gastos, e convocação de eleições para uma Constituinte, em 1978, e presidenciais, em 1980. Os partidos de esquerda, exceção feita a uma cisão maoísta, Sendero Luminoso,²⁰

¹⁸ Ver: CCP, Estudio Económico del Algodón. Ima, CCP, 1975.

¹⁹ Vargas, Andrés Luna – Informe del Secretario-general A asamblea de Delegados de la CCP. Lima, CCP, 1977.

²⁰ Partido Comunista del Perú por el Sendero Luminoso de José Carlos mariátegui, era uma cisão de Patria Roja, outra dissidência maoísta de Bandera Roja. Os senderistas passaram a década de 1970 inteira incubando seu movimento nas universidades de Lima y Ayacucho, até que iniciaram o processo de luta armada, que sacudiu o país na década de 1980. Ver GORRITE (2008, p. 41-43).

engajaram-se na greve geral de 1978 e obtiveram um terço das cadeiras na Constituinte. O histórico Hugo Blanco retornava de dezesseis anos de prisão e exílio para ser eleito parlamentar.²¹ Na Constituinte, as comunidades mantinham os três direitos de 1933 e a reforma agrária permaneceu intocada. Contudo, nas eleições de 1980, mudanças significativas ocorreriam.

O mesmo Fernando Belaúnde Terry, ejetado do país doze anos antes, era eleito presidente da República. Para o setor reformado, as perspectivas não seriam positivas. O decreto Legislativo nº 2, aprovado a poucos meses da posse de Belaúnde significava a abertura da Amazônia para investimentos estrangeiros, a afirmação do governo de que pretendia apoiar ao médio produtor (sobrevivente do processo de reforma agrária) e a possibilidade de parcelação das terras das cooperativas. Mais ainda: o governo apoiava programas de inversão privada que iriam na contramão da reforma. Seriam projetos em que um médio agricultor poderia declarar que uma terra não era cultivada e que ele desejava fazê-lo. Isso se dava especialmente para o caso das terras “eriazas”.²² O candidato à concessão governamental poderia denunciar assim qualquer terreno, acusando-o de não ser cultivado e pedindo a concessão. Interessante notar que o novo concessionário não era obrigado a explorar a terra, podendo revendê-la em lotes menores. Houve mesmo tentativas (em raros casos vitoriosas), de retomada das terras perdidas mas, no geral, a resistência campesina obteve êxito.

No que tange à parcelação auspiciada pelo governo de Belaúnde, tanto os grupos que utilizavam o nome CCP como a direção da CNA, buscaram aconselhar os camponeses o não parcelamento das terras. Mas como não fazê-lo?²³ Um depoimento de German Gutierrez, que muito se empenhara nas ocupações de terra do começo dos anos 70, expressa bem a condição em que se sentiam os cooperativados. “Minha cooperativa foi a primeira parcelar-se. Estávamos mal, tivemos perdas e vimos a cooperativa José Carlos Mariátegui ameaçada de leilão, e tivemos de nos mobilizar para impedir. Meu pai me influenciou. Um dia ele chegou e disse: “Está bonito teu milho. Me dá um pouco?” Não posso. Preciso autorização. “Olhe, vocês são donos de tudo e de nada. Um

²¹ “ Não gostei da experiência. Ficavam mais preocupados com a roupa que usávamos do que com propostas que fazíamos”. Hugo Blanco em entrevista inédita ao autor. Lima, 20 de abril de 2013.

²² Diz-se no Peru terras eriazas, daquelas, especialmente na costa, que não são irrigadas por rios perenes, sendo necessário para aproveitá-las primeiro a construção de canais, que as liguem aos rios. (MEJÍA, 1990, p. 65).

²³ Ver VARGAS, Andrés Luna – Posición de la CCP sobre la Ley de Desarrollo Agrario. Lima, CCP, 1980. Ver também No a Parcelación! Voz Campesina, Lima, CCP, Febrero de 1982. Ainda: III Congreso de CNA, Iocopa, CNA, 1982.

dia chega o banco e toma o que vocês tem. Veja nossa situação, como pequenos proprietários. O banco não vai nos tomar a terra.”²⁴

A citação é longa, mas valiosa. Para aqueles envolvidos nas cooperativas costeiras, a espada de Dâmocles da dívida bancária bem parecia um espantalho a evitar. O problema, ao contrário das memórias gestadas sobre o período cooperativista, não era tanto a questão produtiva. Houve cooperativas que produziram muita batata e algodão em 1981, mas o excesso de produção em um mercado contraído fez os preços despencarem. E como pagar o banco se houvera prejuízo na venda da colheita (às vezes, nem era vendida, como certas produções de batata)?

A parcelação se generalizou nas zonas costeiras. Na entrevista que concedeu ao autor, Luna Vargas procura qualificar como democrática a parcelação. Mais do que uma questão de democracia ou não, o fato é que sócios das cooperativas ainda viram a possibilidade de perder o que tinham conquistado. Bruno Revês lembra que a situação das cooperativas se agravava na medida em que muitos gerentes buscavam parcelar para impedir que seus atos de corrupção pudessem ser descobertos e de além do mais ficar com uma parte das terras. (REVÉS, 1985, p. 198).

Outra razão sempre lembrada nos depoimentos a Angel Fernández di la Gala, era a indisciplina laboral. São recorrentes as falas no sentido de que não se poderia trabalhar em conjunto, que fulano não trabalhava, que aquele que mais se esforçava era o que mais acabava prejudicado. Assim, a parcelação foi aparecendo como uma solução adequada ao processo agrário, pelo menos na costa.

Além do mais, coadunava-se com o discurso do governo Belaundista no sentido de favorecer a atuação do agricultor independente. Como observa Mejía (1990, p. 54), as adjudicações de terras estatais, fossem restos de expropriação, fossem eriazas ou abandonadas, não foram eliminadas do atuar governamental, durante o governo Belaúnde. Só que em vez de transferir-se a terra para as cooperativas ou as Sociedades de Interesse Social, as novas áreas eram entregues, preferencialmente, a produtores individuais.

Nas eleições de 1985, entretanto, os dois candidatos favoritos à presidência, Alán García, do APRA, e Alfonso Barrantes, da Izquierda Unida, prometeram rever o processo de parcelação a pedido das lideranças da CCP e da CNA. A reação dos parceleiros foi imediata. Apoiados pela Organização Nacional Agraria (ONA, que

²⁴ MAYER, Enrique – Cuentos Feos de la Reforma Agraria. Lima, Iep, 2009. Adaptação livre do autor.

congregava grandes proprietários sobreviventes)²⁵, criaram a Asociación Nacional de Parcelários. A entidade conseguiu respaldo social e o processo de parcelamento acabaria legalizado. Em outro artigo, Figalo (1988b, p. 13) mostra a necessidade de se apoiar os parceleiros, já que havia a possibilidade de não sobreviverem à competição de produtos importados a baixo custo. Escrevendo em 1988, momento em que a possibilidade de o Sendero Luminoso tomar o poder parecia real, chamava a atenção para a hipótese de os parceleiros desesperados passarem a formar parte da base social senderista. Isso quase aconteceu, mas não na costa, e sim na serra.

Se na costa peruana o processo de cooperativização ainda teve um momento de relativo êxito, nas zonas altas a situação seria distinta. Ali onde o Estado buscou criar supercooperativas, as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (SAIS) as tensões seriam bem maiores que na costa.²⁶

As SAIS abarcariam tanto as antigas haciendas e as comunidades lindeiras. Em áreas de pecuária por exemplo os comuneros deveriam beneficiar-se da hacienda, ou seja, da produção da cooperativa. A Super Tupac Amaru II, que englobava sessenta e cinco haciendas e várias comunidades limítrofes na região de Anta de Pampa, Departamento de Cuzco, seria marcada pela elaboração de grandes projetos, como os de eletrificação e construção de casas. Contudo, os comuneros fronteiriços veriam sua condição não muito diferente da anterior. Teriam de prestar serviços gratuitos, como antes, e seu gado não poderia pastar nas terras das empresas estatizadas. À lógica capitalista somava-se a das relações tradicionais de produção. Além do mais, muitas comunidades tinham antigas disputas de terras com as haciendas ganaderas, e seus dirigentes passaram a atuar fortemente por reivindicá-las.

Assim não foi difícil para membros da Vanguarda Revolucionária, da qual fazia parte Luna Vargas, atuar firme no convencimento de que era necessário ocupar “Maccho Asnu”, ou Burro Velho, no dizer dos comuneros.

²⁵ A Organización Nacional Agraria foi no fim dos anos 1970 declarada pelo governo militar como sucessora da Confederación Nacional Agraria, após o fechamento desta, face ao apoio que deu a greve geral de 1978. A Ona agrupava médios e grandes proprietários sobreviventes do processo de reforma. (FIGALO, 1988, p. 11).

²⁶ O gigantismo das cooperativas costeiras e principalmente das zonas serranas era extremamente criticado pelos dirigentes do novo governo Belaundista. Contudo como nos lembra (MEJÍA, 1990, p. 73) este gigantismo não foi tão generalizado assim. É verdade que houve Sais como a Tupac Amarú, em Cuzco, com dezenas de milhares de hectares, mas muitas cooperativas tinham tamanho menor e boa parte das terras, que lhes tocavam, compunham-se de pastos, terras eriazas (desérticas) e bosques. (MEJÍA, 1990, p. 54).

DAS COOPERATIVAS SOB INTERVENÇÃO MILITAR À PARCELAÇÃO DE
CORTE NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REFORMA
AGRÁRIA PERUANO (1969-1993)

Ainda que fossem reprimidos porque as ocupações ocorreram em pleno governo do general Morales Bermúdez, entre 1976 e 1979, portanto num período mais repressivo, o fato é que a cooperativa se desmilinguiu e foi declarada extinta. Parte dos antigos cooperativados recebeu apoio de uma Organização não-Governamental holandesa no início dos anos 80 para plantar batatas, mas as dificuldades com a produção e a comercialização ainda seriam expressivas.

Vale salientar, como recorda Mejía, que as SAIS não foram entretanto um fracasso generalizado. O autor lembra que os trabalhadores que atuaram nas áreas de algumas destas empresas, tinham um apoio social importante, com a construção de escolas e mesmo projetos de eletrificação. Em alguns casos, existia a possibilidade de criar o gado nativo, que pertencia a este camponês, já que a maioria das empresas associativas se dedicava à criação de gado, (ovino, alpacas e, em menor medida, bovino).

Também na serra, no Departamento de Puno, as lutas pela terra seriam efetivadas nos anos 80. Ali onde não houvera uma atuação vigorosa de movimentos campesinos nas décadas anteriores, floresceu um movimento expressivo em torno da reivindicação da terra, quando a burocracia limenha já não se dispunha a tocar no tema.

Ali a empresa estatizada preservava amplas faixas de terras e os comuneiros começavam a reclamar, pois precisavam dela para seu gado. Os guardas de SAIS, como Buena Vista, Buena Ventura e Cholocota, entravam em confronto com os comuneros, ainda que fossem em tese proprietários.²⁷ A seca que atingiu Puno, além do apoio da Igreja Católica, foram elementos catalizadores na mobilização em torno da necessidade de impor uma reestruturação da SAIS que permitisse aos comuneros atuar livremente nas terras. A partir de 1985, começaram a ocorrer movimentos de tomadas de terras das SAIS. No ano seguinte, Alán García, presidente em exercício, foi a Puno e declarou a região zona de reforma agrária, anunciando a reestruturação. Esta seria dificultada pelos dirigentes das empresas, mas também pelos pastores beneficiados com a criação de seu gado. Em 1987 novas ocupações ocorridas em maio e junho, contribuíram fortemente para desagregar as SAIS, com as comunidades, sob a liderança de Hugo Blanco, o histórico líder da CCP, obtendo milhares de hectares de terras às empresas estatais (RÉMIQUE, 2004, p. 315).

²⁷ Vale salientar, que pastores enriquecidos durante o período das empresas associativas (enriquecidos, dentro da pobreza serrana), começaram também a reivindicar a reestruturação das empresas, reclamando a divisão das terras onde estava o gado que eles criavam. (MEJÍA, 1990, p. 215)

Um fator ainda complicaria mais o confronto: a presença do Sendero Luminoso. A partir de 1983, a impiedosa repressão da Marinha fez com que muitos senderistas, que não foram presos ou mortos, migrassem de Ayacucho para Puno. O Sendero, de forma igualmente brutal, buscava assassinar lideranças campesinas, a fim de esvaziar o espaço político-social das cooperativas e passar a controlá-lo.²⁸

Se em Puno o Sendero tornou as SAIS muito pouco viáveis, em Junin, pelo menos em uma delas, o objetivo de destruição total foi alcançado. Os senderistas conseguiram mobilizar os camponeses e mesmo os trabalhadores da cooperativa, objetivando sua aniquilação. As ações repetidas, as pressões sobre dirigentes e mesmo atentados, desagregaram a SAIS Cahuide, segunda maior do país, levando à repartição de gado e mesmo ao processo de sua extinção. Todavia, se Sendero parecia ter uma cabeça-de-ponte em Puno, como em tantos lugares do Peru, o assassinato de doze dirigentes comuneros levou boa parte das comunidades a integrar as rondas campesinas de Junín.²⁹

De todo modo, o cooperativismo, que antes fora visto como saída para o problema da terra no Peru, no fim dos anos 80 estava profundamente desacreditado. Parecia chegar a hora do neoliberalismo.

3: Conclusão

Em toda a América Latina, nos anos 60, a solução cooperativista pareceu o caminho ideal para o processo de reforma agrária. No caso peruano, isso foi feito de forma mais profunda, exceção feita à experiência cubana. É verdade que a selva não foi praticamente tocada pelo sistema, mas a saída de cooperativa supervisionada pelo Estado parecia a mais adequada. Protegeria o camponês das dificuldades de um mercado incerto, concentraria terra e recursos, possibilitaria o desenvolvimento técnico. Contudo, isso não ocorreu. O processo de cooperativização tendeu a concentrar-se em grandes áreas, não levando em conta as condições locais. Para o trabalhador, não era muito diferente trabalhar para o antigo patrão ou para o Estado-patrão, encarnado no técnico. Afinal, este mesmo Estado também se materializa no banco, que nega o crédito;

²⁸ Nas várias entrevistas por mim realizadas com dirigentes da CCP e da CNA todos foram unânimes em dizer que estavam entre dois fogos: a repressão militar e pára militar e os ataques de Sendero Luminoso, já que seus militantes priorizavam as ações contra a esquerda não senderista.

²⁹ As rondas campesinas surgiram no departamento de Cajamarca com o objetivo de combater o roubo de gado. Na década de 1980 às vezes espontaneamente, outras vezes forçadas pelo exército as rondas seriam um fator essencial na derrota senderista. (DE GREGORI, 1996, p. 17).

DAS COOPERATIVAS SOB INTERVENÇÃO MILITAR À PARCELAÇÃO DE
CORTE NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REFORMA
AGRÁRIA PERUANO (1969-1993)

no técnico, que impõe a produção; na polícia, que reprime a greve, e a partir dos anos 80, nas Forças Armadas, que matam tanto quanto o Senderismo.

Com o restabelecimento da democracia liberal, o crédito desapareceu, e o temor de que tudo pudesse piorar com o regresso dos patrões levou ao parcelamento na costa e em alguns lugares da serra ao florescimento de movimentos de luta pela terra que, afinal, eliminaram as SAIS. Com a ascensão do futuro ditador Alberto Fujimori, em 1990, as ideias neoliberais floresceram. As comunidades perderam os famosos três IS, e as cooperativas não parceladas foram privatizadas. Hoje, mesmo lutando contra a reconcentração da terra, dirigentes de CCP e CNA não levantam a bandeira de um sistema de produção cooperativa, a não ser no sentido de cooperativas de serviços. O modelo dos anos 60-70, pelo menos no Peru, parece ter seu ciclo concluído.

Referências Bibliográficas

AYERB, Luiz Fernando. *A Revolução Cubana*. São, Paulo: UNESP, 2002.

BARCLAY, Federica. *Cambios y Perspectivas de la Sociedad Rural em la Selva*. In: Debate Agrario, Lima, Cepes, nº 13, p. 41-54, enero-marzo, 1991.

BAPTISTA, Mariano Gumucio. *Breve Historia Contemporânea de Bolívia*. México, FCE, 1996.

BURENIOS, Charlotte. *Huando: Testemuño de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres*. Lima, IEP, 2001.

COLOMBO, Silvia; SOARES, Gabriela Pelegrino. *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e princípios do Século XX*. São Paulo: Humanitas, 1999.

COTLER, Julio. *Peru: Estado, Classe e Nação*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Peru Contemporâneo: desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*. Lima: Instituto de Estudios.

DE GREGORI, Carlos Ivan. *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1996. Peruanos, 2007.

DI LA GALLA, Angel Fernández. *La Reforma Agraria no Fracasa, tampoco los Campesinos. Lo que Fracasa son las Cooperativas*. In: BONFIGLIO, Geovani (org) *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

FIGALO, Flávio. Juan F. Veja. *Anapa: Que clase de grêmio y grêmio de que clase*. In: Debate Agrário. Lima, Cepes, n.º. 2, p. 51-68, abril-junho, 1988.

FIGALO, Flavio. *La Parcelación y los Nuevos problemas de la agricultura Costeña*. In: Debate Agrario, Lima, Cepes, n.º. 1, p. 11-31, enero-marzo, 1988.

GARCÍA, Hanry Pease. *El Ocaso Del Poder Oligárquico*. Lima: Desco, 1986.

GRANDIN, Greg. *A Revolução Guatemalteca*. São Paulo, UNESP, 2002.

GORRITE, Gustavo. *Sendero Luminoso: Historia de la Guerra Milenaria*. Lima: Mosca Azul, 2008.

HERZOG, Jesus Silva. *Breve História de La Revolución Mexicana*. México, FCE, 2 tomos, 2007.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru: 1964-1986)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LÓPEZ, Fernando Eguren. *La Nueva Estructura Cooperativa*. In: BONFIGLIO, Geovani – *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Op. Cit.

MAR, José Matos. MEJÍA, José Manuel. *La Reforma Agraria en El Peru*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1980.

MAYER, Enrique. *Cuentos Feos de la Reforma Agraria*. Lima: IEP, 2009.

MEDRANO, Eduardo Toche. *Guerra y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima, Desco-clacso, 2008.

MEJÍA, José Manuel. *La Neoreforma agraria*. Lima: IEP, 1990.

MORENO, Julio Alfaro. *Los Gremios Rurales: Rol de las organizaciones rurales en la década de los noventa*. Lima: Fundación Friedrich Hebert, 1994.

OTERO, Luiz Gamarra. *Um Testemunho Personal*. In: CÁCERES, Iliana Veja – *A Trienta y Ocho Años de la Reforma Agraria*. Lima: Fundación Federico Bustamante, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soriano. *Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade e Mudança*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RÉMIQUE, José Luiz. *La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación en los Andes Peruanos*. Lima: Cepes-Sur, 2004.

REVESZ, Bruno. *La Reforma de la Reforma em el Agro Costeño Peruano*. In: BONFIGLIO Geovani (org). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú*.

DAS COOPERATIVAS SOB INTERVENÇÃO MILITAR À PARCELAÇÃO DE
CORTE NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REFORMA
AGRÁRIA PERUANO (1969-1993)

VAZELESK, Ribeiro Vanderlei. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

SALGADO, Carlos Monge. *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*. Lima, Latino-American Studies Association, 1989.

SALGADO, Carlos Monge. *Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80*. In: Revista Debate Agrario. Lima, Cepes, n.º. 5, p. 41-60, Janeiro-março, 1989.

SALGADO, Carlos Monge. *La Reforma Agrária y el Movimiento Campesino*. In: Debate Agrário, Lima, Cepes, n.º 7, p. 63-84, Jullo-septiembre, 1989.

Silva, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Data de recebimento: 30/08/2014

Data de aceite: 27/11/2014